

## **Carta aberta do Seminário Anistia 40 anos – Amarga Espera**

Reunidos no dia 27 de agosto de 2019, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, anistiados, anistiandos, ativistas dos direitos humanos, parlamentares e lideranças de diversas entidades que representam os que foram perseguidos, torturados e mortos pelo regime político que se instalou a partir do golpe de Estado de 1964, vêm a público expressar a preocupação crescente que vive o País sob o governo Jair Bolsonaro.

No marco dos 40 anos da promulgação da Lei da Anistia (nº6.683) de 1979, os diversos depoimentos trazidos a este Seminário demonstram que os objetivos para os quais a Lei foi criada até hoje não se concretizaram e mais, estão sob ameaça de profundos retrocessos, que atingem direitos adquiridos, subvertem a construção da democracia e comprometem o próprio processo civilizatório em nosso País.

O processo de Justiça de Transição, necessário para colocar no devido lugar vítimas e algozes do terrorismo de Estado, implantado pelo regime militar – que perdurou até 1985 -, até hoje não ocorreu no Brasil, no que pese todo esforço empreendido no resgate histórico das liberdades democráticas.

O atual governo – que é um brutal retrocesso em relação aos anteriores -, congelou os orçamentos de reparação das vítimas da ditadura, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e da Comissão de Anistia, vinculadas ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Houve também substituição de conselheiros independentes por militares e advogados da União que, de antemão, não reconhecem o dever do Estado de fazer as devidas reparações.

O próprio Bolsonaro, que define essas questões como de pouca importância, segue sustentando a absurda narrativa de que não houve golpe em 1964, além de publicamente prestar homenagens a torturadores, atacando a memória dos que sempre lutaram pelas liberdades democráticas em nosso País.

Esse ataque orquestrado pelo governo tem perigosa ramificação também na Reforma da Previdência que tramita no Congresso, na medida em que pretende transformar o caráter indenizatório em previdenciário, contrariando todos os princípios legais dos direitos dos anistiados e demais vítimas do terrorismo de Estado.

Nesse quadro de destruição de vidas e de direitos conquistados, é evidente que o governo Bolsonaro quer impor uma agenda dirigida para romper com o dever de reparação às vítimas, para criminalizar os atos de memória, desrespeitando acordos e compromissos internacionais, em prejuízo de toda sociedade.

O País se vê, hoje, sob ataque de forças retrógradas cujo objetivo central é a completa entrega das riquezas nacionais aos ditames e interesses do sistema financeiro internacional. Nesse sentido está em pleno andamento um plano de devastação da nação, onde o meio ambiente é tratado como espaço para ganância e exploração, os direitos trabalhistas são precarizados e empresas como Embraer, Petrobras e Eletrobrás são privatizadas a preço de banana.

Por tudo isso, os participantes do Seminário Anistia 40 anos denunciam a ilegitimidade da atual Comissão de Anistia e conclamam a sociedade brasileira a unir forças na resistência aos ataques desse governo insano, no sentido da necessária superação e resgate da democracia em nosso País.

Brasília, 27 de agosto de 2019.